

7. CONCLUSÃO:

Nesse trabalho, buscamos ressaltar e problematizar discursos e práticas de mulheres organizadas pela paz na Colômbia. Para alcançar entender as dinâmicas políticas contemporâneas das mulheres, optamos por ler historicamente a constituição das identidades políticas na Colômbia a partir de duas imagens. As representações do “guerreiro justo” e da “alma bela”, surgidas através de uma leitura de gênero sobre a constituição social da guerra e sobre as possibilidades de paz, não esgota a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução da violência social. Portanto, não pretendemos pelo nosso estudo redefinir as fronteiras de compreensão da violência na Colômbia através de diferentes ferramentas teóricas. Ainda assim, reconhecemos que, em grande medida, esse trabalho reproduziu um olhar dicotômico sobre as dinâmicas políticas contemporâneas, sedimentando o lugar do “guerreiro justo” e da “alma bela”. Os tipos ideais descritos como elementos de constituição do discurso da guerra, reproduzidos ciclicamente nas relações políticas dominantes, são aproximações de contextos mais complexos do que o que descrevemos aqui. Ou seja, entre os dois pólos (masculino guerreiro e feminino vítima) há um espaço amplo de contestação de significados e práticas sociais, que conformam muitas vezes identidades híbridas entre protetores e protegidas. Não é nossa intenção negar que nossos conceitos são reducionistas das práticas e idéias sobre masculinidade e feminilidade no contexto político contemporâneo. Entretanto, conforme discutimos por ocasião da apresentação da metodologia de realização desse trabalho, nosso objetivo é falar e analisar a partir de um lugar específico, marginalizado nas análises dominantes sobre segurança internacional. Não significa que tudo o que se diga, local e internacionalmente, sobre Colômbia seja irrelevante. O que dissemos aqui interage, reproduzindo ou contestando, o conhecimento produzido sobre a Colômbia por autores que não tomam as relações de gênero como ponto de partida. Todavia, entendemos que exercitar a capacidade de romper com o senso comum sobre o lugar do masculino e do feminino nas políticas de guerra e paz representa um caminho importante na superação das relações violentas.

Por termos como objetivo construir um conhecimento situado (portanto, limitado) sobre um processo social complexo, sabemos que o que

excluimos de nossa análise excede o que aqui conseguimos expor. Contudo, a nosso ver, a visibilidade dos papéis de gênero implícitos em discursos que se assumem neutros contribui para pensar porque, não obstante a genuína vontade de fazer diferente, a maioria dos atores políticos na Colômbia e nas relações internacionais continua a repetir a história da inevitabilidade do uso da violência para a realização política. Por isso, recuperar processos históricos, relendo a memória sobre a constituição dos conflitos políticos colombianos é tão importante. Sabemos que não é suficiente romper com o silêncio sobre as relações de gênero. Por isso, exaltamos as contribuições que questionam o papel dos discursos de poder sobre raça, civilização, religião e classe na constituição da violência. Esperamos que estas, assim como as análises de gênero, sejam cada vez mais ressonantes nos espaços políticos, ajudando a ver além dos particularismos universalistas que pretendem condenar muitos a um contínuo de violências cotidianas. Ainda mais importantes são os estudos que partem das interseções entre os muitos lugares através dos quais o poder se constitui. Aqui, apenas pudemos ressaltar, de maneira marginal e insuficiente, algumas pontes entre raça, gênero e civilização na constituição da identidade política colombiana hegemônica. Nosso foco esteve na constituição da política colombiana por uma relação social específica entre “guerreiros justos” e “almas belas”, que não alcança ser problematizada nos discurso e nas práticas dos atores políticos mais visíveis. Gostaríamos de destacar a importância de tornar visíveis as relações entre identidades subalternas e dominantes. Reafirmamos o potencial questionador e transformador de se situar no caminho entre posições extremas. O poder que surge da não realização da relação social imaginada entre dominantes e subalternos é subversiva da ordem que naturaliza hierarquias sociais e justifica violências. Neste trabalho, destacamos algumas ricas experiências de mulheres que não se conformam com o lugar socialmente estabelecido para elas. Falamos das mães em praça pública, cobrando resposta do Estado falido no seu dever de proteção dos filhos da nação. Ressaltamos as experiências das mulheres combatentes no processo de contestação da alienação política e da fragilidade física/intelectual a partir da submissão de seus corpos à realização de um projeto da masculinidade hegemônica.

Tradicionalmente, o lugar que se situa entre dois territórios (o espaço entre fronteiras) foi lido como “terra de ninguém”; ou seja, como o espaço da

não política e da ausência social. Portanto, para ser e para agir, os sujeitos sociais são pressionados a se situarem dentro de um lugar particular, rejeitando outras possibilidades de identificação. Nosso objetivo, ao descrever o processo de constituição da política de segurança a partir do feminino na Colômbia, foi apresentar algumas possibilidades, nem sempre conscientes, de politizar o não político. Isto é, de representar-se na interseção entre dois lugares tomados historicamente como contraditórios. A construção das mulheres como sujeitas políticas reproduz o processo de construção de fronteiras entre o movimento de mulheres e os demais atores sociais. As organizações de mulheres, não obstante seus questionamentos dos fundamentos políticos da modernidade, se situam, prioritariamente, como um grupo de interesse nos limites propostos pelas instituições políticas tradicionais. Assim, embora reconheça que o poder é uma instituição patriarcal, a maioria das mulheres organizadas percebe os espaços de poder como os lugares de realização da identidade política e luta para se incluir nesses espaços. O lugar do poder é sedutor para quem está do outro lado da fronteira. O processo de transformação de uma identidade subalterna em identidade dominante oferece benefícios individuais e coletivos que deslumbram os que foram socializados para serem objetos e não sujeitos do poder. Nesse processo, o ex-subalterno pode ser assimilado pelo espaço do poder, realizando sua identidade a partir da relação com outros subalternos, assumidos como inferiores. Desse modo, a maior parte dos projetos de emancipação dos oprimidos, inclusive das mulheres, não problematiza o lugar dos opressores, mas pretende se incluir nele. A reprodução dos mitos da proteção e do poder pelo movimento de mulheres reflete a permanência dos padrões de gênero que legitimam a cultura da violência. A inclusão de alguns corpos oprimidos no lugar do poder dos opressores é um processo perverso. Perceber que aquele que estava do outro lado, criticando as violências que surgiam a partir de privilégios sexuais, raciais, culturais e de classe, repete os mesmos padrões de pensamento e comportamento dos que lá estavam antes despolitiza as identidades subalternas e cristaliza as relações de dominação de poucos sobre muitos.

Na Colômbia, o lugar do poder foi constituído a partir das experiências dos homens, brancos, urbanos e educados que refletiam conhecimentos produzidos na Europa e nos EUA. Na primeira década do século XXI, mulheres,

negros, indígenas, camponeses, ainda em pequeno número, ocupam alguns postos de poder. Contudo, essa inclusão, apesar de algumas conquistas pontuais²¹², não tem conseguido desestabilizar as bases culturais e estruturais da violência na Colômbia. A década de 1990, que se segue à promulgação da festejada Constituição de 1991, é uma das mais violentas na história da Colômbia. A chamada intensificação do conflito armado afronta os direitos humanos dos colombianos e das colombianas²¹³. Assim, a presença de alguns representantes dos grupos subalternos nos espaços de poder não mudou o contexto de continuada violência a que estão expostos a maior parte dos colombianos e das colombianas. Para nós, a inclusão de alguns corpos historicamente vulneráveis não é, por si só, contestadora da relação que constitui e legitima a vulnerabilidade de muitos em nome do exercício do poder de alguns.

A relação entre identidades dominantes e identidades subalternas é constitutiva do poder político e se exerce em diferentes espaços. O lugar do poder internacional é historicamente constituído como espaço de realização da identidade de Estados lidos com “mais civilizados”. Esse lugar do poder foi vedado às nações tomadas por inferiores em suas características físicas e simbólicas. A fronteira entre um centro culturalmente desenvolvido, militarmente capaz e economicamente próspero e uma periferia culturalmente subdesenvolvida, militarmente débil e economicamente instável justifica a concentração do poder internacional em alguns poucos Estados reconhecidos como superiores. Essa superioridade é reafirmada pela criação de instituições multilaterais pelas quais os subalternos são autorizados a participar do jogo político dentro das regras criadas pelos dominantes. Essas regras não são neutras, mas representam mecanismos pelos quais o poder dos superiores se reproduz na relação com os inferiores.

²¹² Por exemplo, no processo constituinte de formulação da Constituição de 1991 (hoje em vigor), em que de fato participaram e incidiram diversas expressões da sociedade civil colombiana, alcançando incluir pontos fundamentais no reconhecimento dos direitos das mulheres, dos afro-descendentes, dos indígenas e dos camponeses.

²¹³ Aqui nos referimos ao contexto de tragédia humanitária identificado pelas organizações de direitos humanos: confronto direto entre os grupos armados no campo e nas áreas periféricas das cidades; deslocamento forçado; privatização dos serviços públicos essenciais; disputa entre cartéis de drogas e desses com as forças policiais; perseguição e violências diretas contra lideranças sociais; envenenamento de zonas extensas de terras nas áreas de plantio de coca e amapola (PNUD, 2003).

Nosso foco no desenvolvimento da tese não foi o processo de “feminização” dos Estados periféricos. Todavia, destacamos a relevância das idéias de gênero, em especial do mito da proteção, para compreender as relações de poder no espaço internacional. A identidade masculina protetora e a identidade feminina protegida podem coexistir na mesma instituição. Esse é o caso do Estado colombiano. O Estado colombiano representa sua identidade a partir do exercício da força em nome da proteção da nação vulnerável a grupos armados ilegítimos. Ou seja, feminiza formas não militarizadas de identidade política que atuam na Colômbia. Simultaneamente, nas relações internacionais, a identidade do Estado colombiano é feminizada de forma a justificar a realização de uma política de militarização global. A localização de ameaças à segurança internacional no território físico e político imaginado como Colômbia justifica a intensificação da violência internacional. A segurança global, nesse contexto, depende do exercício da força contra identidades lidas como inerentemente vulneráveis.

Na política moderna, o Estado-Nação representa o acordo entre dominantes e dominados para autorizar o uso da força. O Estado, centro da política moderna, é concebido como a única forma de exercício do poder político do qual todos indistintamente dependem para se auto-realizarem (Walker, 1997, p.71). O vínculo que sustenta a relação de dominação entre poderosos e subalternos é a nação imaginada como uma essencial conexão entre todos os que partilham uma memória social específica. No discurso moderno, a identidade nacional, sob a qual reside a legitimidade do poder do Estado, se constrói em oposição a outras nações, concebidas como ameaças à realização do *self* nacional. Essa ameaça iminente da destruição de todos pelo inimigo estrangeiro sustenta o silêncio sobre as desigualdades de poder dentro do Estado, ratificando a dominação de uns poucos (que se assumem mais fortes e nacionais) sobre muitos, percebidos como inerentemente vulneráveis.

O poder político é representado a partir de uma concepção de masculinidade hegemônica. Tal concepção de masculinidade se realiza a partir de duas idéias derivadas das construções modernas sobre a diferença sexual: o militarismo e o racionalismo. O militarismo é a ideologia que identifica a capacidade de se realizar politicamente com a presença de armas e agentes armados, autorizados a usar a violência contra todos e tudo que seja percebido

como ameaça. O racionalismo, por sua vez, decorre da premissa da ciência moderna de que as paixões humanas, dentre as quais a violência, podem ser controladas pela razão, entendida como a realização da segurança coletiva pela maximização do interesse individual. Se o poder político se realiza a partir da militarização e da razão, aqueles lidos como mais fortes e mais inteligentes no processo evolutivo nacional são percebidos como mais aptos a ocupar os lugares do poder. O discurso de segurança nacional assume que a vulnerabilidade essencial da nação pode ser compensada pela força e pela inteligência de alguns. Portanto, alguns poucos são lidos como protetores da maioria protegida, legitimando a acumulação de recursos de poder em nome de uma “guerra justa” em favor de todos.

Nossa ênfase na Colômbia como referencial analítico se refere a essa dualidade questionadora de lugares fixos para os sujeitos sociais. Dessa forma, defendemos a inclusão da dimensão de gênero na compreensão das desigualdades de poder entre os Estados e dentro dos Estados. Contudo, nosso estudo das dinâmicas políticas das mulheres colombianas contra a militarização ressalta que esse processo não se reduz às fronteiras do Estado. A legitimação do uso da violência pela relação entre protetores e protegidos perpassa diferentes identidades políticas. Para nós, as relações entre protetores (dominantes) e protegidos (subalternos) se expressam cotidianamente em espaços interdependentes: um marido que aconselha sua esposa a não sair de casa sem sua presença, já que a rua é um lugar perigoso; um membro de um grupo político que se abstém de dar informações a pessoas de fora do grupo, pois identifica que todos que estão fora das fronteiras do seu grupo são potenciais inimigos; um Estado que aumenta o orçamento das forças militares para se defender da potencial agressão de um outro Estado; uma instituição financeira internacional que condiciona as políticas de um Estado periférico a um modelo único de crescimento econômico; uma organização internacional que autoriza uma intervenção militar em nome da proteção de valores universais. Em todos esses contextos, a violência do protetor sobre o protegido se justifica pela sua posição militar e intelectualmente privilegiada. O protegido não dispõe de recursos (simbólicos e materiais) que o permita contestar as visões do protetor sobre a identidade protegida, restando-lhe submeter-se às regras impostas pelo mais forte e racional.

Na Colômbia, conforme apresentamos nesse trabalho, os grupos sociais, em suas diversas expressões, têm se posicionado criticamente em relação às estruturas de poder que legitimam violências e desigualdades. Assim, as identidades subalternas ao poder político colombiano não se calam e denunciam cotidianamente as violências que decorrem do mito da proteção de todos pelas idéias e práticas de alguns. Entretanto, a capacidade de resistir às seduções do poder, propondo uma diferente relação com os que estão fora do lugar tradicionalmente definido como político, ainda está por se consolidar. A nosso ver, as organizações sociais colombianas desenvolvem estratégias de contra-poder ao Estado fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta. Contudo, na maioria dos casos, o contra-poder ao Estado se constrói como poder sobre muitos colombianos e colombianas. Ou seja, o exercício da violência contra alguns corpos ditos vulneráveis autoriza a realização política dos concebidos como mais fortes e inteligentes. Por isso, entendemos que questionar as posições de “guerreiro justo” (protetores) e de “alma bela” (protegidos) é uma contribuição muito importante para entender os mecanismos de reprodução e os possíveis caminhos de saída da cultura da violência.

Um dos mecanismos de superação da violência que decorre do dever de proteger é a problematização do Estado como único referencial de segurança. Especialmente na Colômbia onde o Estado vem desde sua origem sendo um dos principais agentes de violência, visibilizar as proposições de grupos políticos alternativos ao Estado é um passo importante para pensar as possibilidades de reconciliação. Desde o período de *La Violencia*, a legitimidade do papel do Estado colombiano como protetor da nação vulnerável é confrontada por diferentes projetos políticos, que denunciam o caráter excludente e violento do poder político dominante. Os mais destacados nas análises do conflito colombiano são os grupos armados (guerrilhas), que a partir da masculinidade hegemônica (militarizada e racionalizada) constroem uma identidade protetora em oposição ao Estado, inimigo da nação colombiana. De fato, o discurso guerrilheiro não confronta as bases de constituição do poder político, assumindo o lugar do poder como o espaço de alguns poucos bravos e iluminados homens que assumem a tarefa de emancipar a maioria dos colombianos e colombianas da opressão gerada pela presença dos ilegítimos detentores do poder político.

Dessa forma, a luta armada é legitimada como única forma de alcançar o espaço do poder e libertar a nação da violência essencial das elites liberais e conservadoras. Nesse contexto, o Estado colombiano a partir de recursos materiais e ideológicos reage, dentro da lógica do poder dominante, reforçando suas capacidades militares para destruir o inimigo subversivo da ordem política. Na “guerra justa” entre elites e subversivos, os protegidos colombianos e colombianas se tornam instrumento de realização da militarização e da racionalidade que constitui o poder político.

A partir da década de 1980, a “guerra justa” assume contornos menos ideológicos. A alta militarização é racionalizada como auto-defesa contra todos que pensam diferente daqueles que empunham armas. O “inimigo” não é mais apenas o corpo guerrilheiro, soldado ou paramilitar, mas toda a população que se encontra circunstancialmente em uma área de controle de um dos grupos em conflito. Paradoxalmente, esse momento de intensificação da violência contra a população desarmada coincide com o reconhecimento político do paramilitarismo. Diferente das guerrilhas (que desde sua origem possuem um projeto de sociedade para a Colômbia, a partir do qual justificam suas ações militares e estratégicas), os paramilitares não se constituem a partir de uma identidade política singular. Os grupos de autodefesa historicamente funcionaram como protetores dos interesses latifundiários contra a insurgência e os movimentos políticos camponeses. Da mesma forma, serviram aos interesses dos governos da Frente Nacional, atuando como um braço armado não oficial do exército colombiano, na aplicação da Doutrina de Segurança Nacional para contenção do avanço comunista na Colômbia. Na década de 1980, conformaram-se como grupo de defesa dos interesses de narcotraficantes contra o avanço territorial das guerrilhas. A partir da década de 1990, passaram a disputar territórios e recursos com as guerrilhas. Dessa forma, a identidade paramilitar é reduzida ao inimigo que combatem: os subversivos da ordem política. Na prática, essa identidade engloba as guerrilhas, mas também todos os que de algum modo parecem colaboradores ou simpatizantes da ideologia guerrilheira. Tal contexto torna a maioria da população colombiana alvo da violência paramilitar se sua conduta confronta de alguma forma as imposições do grupo armado. Portanto, o reconhecimento do status de grupo político aos paramilitares pelo atual governo colombiano, em um histórico de violações dos

direitos humanos e do direito internacional humanitário, representa a assimilação da militarização paramilitar pela racionalidade das elites dirigentes do país. Os paramilitares não questionam a presença das elites tradicionais no lugar do poder, pretendendo apenas legitimar a ordem vigente. Sua visão de ordem implica o conformismo, o silêncio e a não problematização das bases culturais e estruturais da desigualdade e da violência na Colômbia. Portanto, a aliança entre governo e paramilitares serve ao interesse dos dois grupos. A razão dos doutores que dirigem o país é complementada pela força dos brutos paramilitares que destroem toda voz divergente que pretende questionar o exercício do poder de alguns em nome de todos.

Por outro lado, nem toda forma de contestação do poder do Estado colombiano toma a forma de resistência armada. A nosso ver, a pouca visibilidade das formas de resistência não violenta na Colômbia decorrem da premissa de que o poder político demanda a militarização. O efeito perverso dessa invisibilidade da Colômbia que resiste ativamente à violência, criando e construindo a partir da diferença, é reforçar uma imagem de país incivilizado, incapaz de se auto-realizar politicamente. Essa construção tem implicações no tipo de relação que os atores internacionais estabelecem com a Colômbia. Se os selvagens colombianos, após dois séculos, ainda não aprenderam a se comportar, as intervenções dos mais civilizados, racionais e fortes são legítimas e necessárias à proteção do espaço internacional. Dessa forma, o foco no conflito militar como representação da Colômbia pode reforçar, nos espaços internacionais, a condição de sociedade vulnerável e, portanto, desprovida de agência internacional.

Nesse trabalho, buscamos contribuir para a contestação dessa imagem dominante com a apresentação e a análise dos discursos e práticas do movimento de mulheres contra a guerra. Embora a resistência feminista ao tipo de poder que emana das relações entre os grupos armados perpassasse toda a segunda metade do século XX, a conformação do movimento de mulheres contra a guerra se dá basicamente na década de 1990. Para nós, a proposta de ampliação da segurança internacional tem influência na constituição do movimento de mulheres colombianas. A participação de grupos feministas em fóruns internacionais consolidou uma agenda específica das mulheres para as relações internacionais. A ampliação do conceito de segurança internacional,

assim, é importante para a visibilização e fortalecimento das organizações de mulheres como atoras políticas locais e internacionais. Ou seja, a presença das organizações de mulheres se torna menos estranha aos espaços de poder. Um emblema da “nova” segurança internacional inclusiva das mulheres é a Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança da ONU. Tal Resolução reconhece o impacto diferenciado da guerra na vida das mulheres e o papel positivo destas na resolução dos conflitos armados e na construção da paz sustentável. Todavia, sua implementação, apesar do trabalho das organizações de mulheres, não está entre as prioridades do Conselho de Segurança e das demais agências da ONU. A UNIFEM é a agência que tem se empenhado mais incisivamente no processo de realização das recomendações da Resolução 1325. Contudo, a falta de recursos e de comprometimento político das demais agências da ONU tem limitado tal tarefa.

A nosso ver, essa dificuldade decorre dos fundamentos que constituem as instituições internacionais, que não obstante tenham se proposto a fazer referências a grupos e conceitos marginalizados dos discursos tradicionais, continuam a ver a segurança internacional como um espaço de realização da masculinidade hegemônica militarizada e racional. Ou seja, a racionalidade internacional (embora admita a existência de outras ameaças que não a agressão de um Estado a outro) define as prioridades dos agentes de segurança a partir dos significados e interesses dos Estados mais poderosos e pretensamente mais racionais. Como as instituições internacionais continuam a ver o Estado como o agente protetor por excelência, privilegiam o fortalecimento dos mecanismos de repressão deste em relação ao que se concebe como ameaça à sua segurança e, conseqüentemente, à segurança de todos. Portanto, ampliar a segurança internacional não é suficiente. A nosso ver, tal movimento pode inclusive reforçar a visão de que a agenda de segurança das mulheres é secundária em relação às “sérias” ameaças geradas pelos esforços de militarização dos Estados mais poderosos. O internacional, nesse contexto, é construído como espaço de vulnerabilidade que necessita ser protegido por uma comunidade de Estados, que por suas capacidades militares e estratégicas devem exercer o poder internacional em nome da proteção da humanidade insegura. Isto é, uma vez mais o mito da proteção se renova, autorizando o exercício da violência contra corpos e espaços tomados como territórios de violência.

Assim, o movimento de deslocar a posição do protetor do Estado para a comunidade internacional (representada em Estados, instituições, fundações e ONGs internacionais) não é automaticamente transformador da cultura da violência. O que nos parece de fato original e desestabilizador da naturalização da violência nas relações políticas é questionar a legitimidade do poder dos protetores sobre os protegidos. Nesse trabalho, estudamos os discursos e as práticas das organizações de mulheres na Colômbia como uma ilustração da incorporação das vozes das mulheres às políticas de segurança internacional. A nosso ver, as ações da “Iniciativa de Mujeres por la Paz” e da “Ruta Pacífica de Mujeres” não constituem apenas propostas políticas localizadas no contexto do conflito armado colombiano. Embora a política colombiana para lidar com o conflito (especialmente a política de “segurança democrática”) represente o cenário concreto de incidência dessas mulheres, seus discursos, marchas, atos simbólicos, documentos e políticas públicas são constitutivos da segurança internacional. As experiências locais de contestação do contexto de violência continuada representam novas possibilidades de significação da segurança internacional. A produção de conhecimento sobre as desigualdades de gênero na política internacional é resultado de um processo longo de documentação e incidência das mulheres nos espaços locais. As recomendações de relatórios, resoluções e planos de ação internacionais em favor dos direitos das mulheres representam a síntese de um trabalho que se pensa e se concretiza basicamente nas relações cotidianas estabelecidas entre as mulheres nos espaços em que vivem. Assim, o papel das instituições internacionais é o de aglutinar e sistematizar o conhecimento produzido pelas mulheres organizadas sobre si mesmas (a partir de suas experiências locais), de forma a construir uma plataforma global de incidência política em favor das mulheres em condição de maior vulnerabilidade.

Um exemplo desse processo é a “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”, que apresentamos no quinto capítulo. A iniciativa surge a partir do objetivo de provocar a reação dos organismos internacionais às violências perpetradas contra as mulheres no contexto do conflito armado colombiano. Para tal, o grupo de mulheres colombianas pesquisa e documenta casos de violação dos direitos humanos das mulheres, invisibilizados nas políticas de segurança do Estado colombiano. Nessa tarefa, a Mesa utiliza, como

fundamento de suas políticas, documentos internacionais de proteção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, em especial o Estatuto de Roma, dos quais o Estado colombiano é signatário. Ou seja, usa o espaço internacional como um instrumento de pressão para a proteção das mulheres expostas a violências na Colômbia. Ao mesmo tempo, esse trabalho de documentação e incidência junto às organizações internacionais é gerador de conhecimento que contribui para a consolidação e a formulação de políticas internacionais que condicionam práticas de segurança em outros espaços de violência contra as mulheres. Assim, ainda que não se auto-representem como tal, as organizações de mulheres colombianas são atorras internacionais, que constituem o discurso e as práticas de segurança.

Entretanto, essa relação entre instituições internacionais e organizações locais não é alheia ao poder exercido em diferentes níveis. As desigualdades de poder estão presentes desde a constituição das organizações locais quando algumas experiências específicas assimilam a diversidade do que é ser mulher em um contexto social. Nem todos os grupos de mulheres organizadas para resistir aos efeitos da violência em suas vidas alcançam serem visibilizados e fortalecidos pelas instituições internacionais no contexto de segurança internacional ampliada. As desigualdades entre os grupos locais se representam em hierarquias de raça, cultura, tradição, conhecimento e geografia. Em geral, os grupos que alcançam se fazer ouvir nos espaços internacionais são aqueles que mais se aproximam dos significados assumidos como condição de realização da política. Isto é, são os grupos mais urbanos, formados por mulheres de classe média, com educação superior e conhecimento dos procedimentos técnicos (domínio da língua inglesa, das normas de formulação de políticas e de redação de documentos internacionais) que participam da política internacional. Essas mulheres são reconhecidas como mais aptas a estarem nos espaços de poder internacional por partilharem a racionalidade dominante entre os tomadores de decisão. Como já discutimos, essa racionalidade não é neutra, mas reflete as experiências das elites dirigentes dos Estados mais militarizados que constituíram essas organizações. Tais experiências são reproduzidas nas estratégias políticas dos grupos de mulheres que incidem nas instituições internacionais, que se auto-representam como protetores das mulheres vulneráveis, sem agência política para falar sobre si

mesmas. Nessa tarefa de proteger as mulheres vulneráveis do mundo, essas poucas mulheres que se fazem ouvir nos espaços internacionais constroem sua identidade em oposição aos demais grupos políticos. Ou seja, sua atuação pressupõe a sobreposição da agenda das mulheres em relação aos demais grupos políticos atuando nos espaços internacionais. A legitimidade dessas organizações é tão maior quanto a vulnerabilidade das mulheres que elas afirmam representar. Assim, quanto mais desprotegidas forem representadas as mulheres no contexto de segurança internacional, mais visibilidade e recursos têm as organizações de mulheres para pensar e agir em nome da sua segurança.

As relações de poder se refletem nos espaços locais, inclusive na atuação da “Ruta Pacífica de Mujeres” e da “Iniciativa de Mujeres por la Paz”, que estudamos nesse trabalho. Tais organizações se definem como redes de organizações de mulheres diversas que atuam pela paz no espaço colombiano. De fato, dentro da Ruta e da IMP, há grupos que partem de diferentes perspectivas na resistência à violência. Há mulheres camponesas, indígenas, afro-descendentes, acadêmicas, sindicalistas, egressas de partidos políticos, participantes dos movimentos sociais e membros do movimento de vítimas. Especialmente a “Iniciativa de Mujeres por la Paz” enfrenta tensões internas geradas por percepções diferentes sobre o papel das mulheres nos espaços de poder. O protagonismo de algumas expressões urbanas e técnicas do movimento de mulheres em detrimento da maioria das mulheres colombianas, atuando em áreas de conflito em condições precárias, é lido como obstáculo para a construção política coletiva. A universalização das experiências das mulheres colombianas a partir da identidade de algumas mulheres específicas reproduz a concepção dominante de poder. Embora os recursos, a visibilidade e a participação sejam atribuídos às mulheres colombianas genericamente, o lugar do poder e os privilégios que dele emanam são usufruídos por poucas.

Apesar dessas tensões geradas pela disputa do lugar do poder pelas organizações de mulheres, reafirmamos o potencial transformador da reflexão sobre a relação entre mulheres e poder. As tensões e contradições de serem incluídas nas instituições dominantes, repetindo padrões de exclusão que criticam, levantam questionamentos importantes sobre o caminho para construir o mundo imaginado. Estar do outro lado da fronteira na relação entre protetores e protegidas pode seduzir algumas mulheres. Todavia, para a maioria daquelas

comprometidas com a transformação da cultura da violência, a experiência de estar nessas instituições pode ser o primeiro passo para imaginar outros lugares de realização da política. Para nós, esse lugar não precisa ser inventado na prática das mulheres colombianas. Como mostramos nos quinto e sexto capítulos, as propostas das mulheres, especialmente da “Ruta Pacífica de Mujeres”, para a segurança das mulheres na Colômbia é subversiva dos lugares comuns da violência. A resistência das mulheres a se fazerem representar como “almas belas” que justificam a violência dos “guerreiros justos” colombianos é um movimento imprescindível na direção da legitimação da cultura da paz. Assim, esperamos que nosso estudo tenha contribuído, de alguma forma, para pensar a Colômbia a partir de outros referenciais, que não impliquem necessariamente na repetição dos padrões culturais da violência. A memória de violência e exclusão, sustentada por uma concepção hegemônica de poder, não é um traço inerente dos colombianos e das colombianas, tampouco uma realidade insuperável das relações internacionais.

Indubitavelmente, a associação entre poder masculino e capacidade de exercer violência é uma das mais fortes expressões da cultura da violência. Portanto, nossa contribuição nesse trabalho é a compreensão dos padrões de masculinidade e feminilidade constitutivos da violência internacional, em seus aspectos gerais, e da violência na Colômbia, nas suas faces mais ocultas. A constituição do espaço político colombiano reproduz as representações de gênero que associam a realização da nação (feminino idealizado) ao exercício da violência pelo Estado (masculino bélico). Entendemos que a atuação das mulheres não está em nenhum dos dois extremos e que as contradições que surgem da mobilidade entre a posição de vítimas e o lugar de protetoras é geradora de questionamentos importantes sobre o papel político das mulheres e sobre a inevitabilidade do uso da violência nas relações sociais. Recuperar a memória de experiências sociais situadas na “terra de ninguém”, politizando a desconstrução das fronteiras políticas que hierarquizam as vidas humanas, renova as possibilidades de ruptura com a hegemonia da cultura da violência. Esse exercício tem sido realizado por grupos de mulheres em diferentes espaços, inclusive na Colômbia, como discutimos nessa tese. Essas mulheres precisam de reconhecimento, de recursos, mas principalmente de uma constante

prática reflexiva sobre sua atuação. Nessa tese, buscamos esse caminho de reflexão sobre os discursos e práticas das mulheres colombianas pela paz.